

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Assinaturas por ano 18\$000
 Ditas por semestre 10\$000
 Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Comunicações, por linha 60
 Anúncios, por linha 60
 Comunicações e correspondências, por linha 60

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeita à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos criando e convertendo escolas primárias.
 Despachos criando segundos lugares de professor em várias escolas primárias.
 Portaria de 12 de Abril, louvando o cidadão João Carlos Gonçalves, por serviços relevantes prestados à instrução popular.
 Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
 Decreto de 12 de Abril, resolvendo, sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14:128, em que era recorrente uma artista societária do Teatro Nacional Almeida Garrett.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento e pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Nova publicação, rectificadora, da lei de 4 de Abril, que autorizou a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere a aumentar a sua percentagem sobre as contribuições directas do Estado, até que se proceda à revisão das matrizes prediais.
 Balancetes de bancos e companhias.
 Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.
 Arrematações (Fôlha n.º 44, apensa ao Diário de hoje):
 Lista n.º 9:697.—No dia 13 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos de Benavente e Santarém.
 Lista n.º 9:698.—No dia 14 de Maio, arrematações no Ministério das Finanças e simultânea na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos de Peniche, Vila Nova de Portimão, Loures e 3.º bairro de Lisboa.
 Lista n.º 9:699.—No dia 14 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Leiria.—Bens da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda de Peniche, situados no concelho de Peniche. Bens da Junta de Paroquia da freguesia da Mendiga, situados no concelho de Porto de Mós.
 Lista n.º 9:700.—No dia 14 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Viseu.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos de Viseu, Vouzela, Nelas, Tabuaço e Sátão.
 Lista n.º 9:701.—No dia 14 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos de Estremoz, Montemor-o-Novo, Alandroal e Évora.
 Lista n.º 9:702.—No dia 14 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Leiria.—Bens do Colégio das Missões Ultramarinas e Junta de Paroquia da freguesia de S. Pedro de Pôrto de Mós, situados nos concelhos de Leiria e Pôrto de Mós.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Ordem do Exército n.º 6 (2.ª série), referida a 19 de Março.
 Decreto de 8 de Abril, transferindo uma verba dentro da tabela da despesa do Ministério da Guerra.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
 Éditos para concessão dos diplomas aos descobridores duma mina de estanho, doura de volfrâmio e doura de ferro, situadas, respectivamente, nos concelhos da Guarda, S. Pedro do Sul e Leiria.
 Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos e Fúnebre de S. Roque da Lameira, aprovados por alvará de 23 de Dezembro de 1911.
 Portaria de 12 de Abril, provendo o lugar de secretário da comissão do regulamento de segurança e funcionamento dos aparelhos de içar.
 Decreto de 12 de Abril, aprovando a organização da Escola Prática de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto.
 Organização a que se refere o supracitado decreto.
 Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
 Habilitações para levantamento de créditos.
 Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Castro Verde, em Janeiro.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Portaria de 12 de Abril, anulando a licença concedida à Companhia Momba Minerals Limited para explorações mineiras em determinada zona da província de Moçambique.
 Decretos de 12 de Abril:
 Alterando uma disposição do regulamento da capitania dos portos de Manica e Sofala.
 Resolvendo, sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14:276, em que eram recorrentes vários empregados do quadro auxiliar do círculo aduaneiro da África Oriental.
 Rectificação à portaria sobre concessão do exclusivo para a exploração de valores abandonados no fundo do mar em Cabo Verde, publicada no Diário n.º 85.
 Rectificação ao decreto relativo ao recurso n.º 13:921, publicado no Diário n.º 87.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, proposições de lei:
 Sobre introdução dalgumas modificações no decreto n.º 1 da lei de família.
 Sobre divisão das sedes escolares.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdãos n.ºs 13:942, 14:051, 14:191, 14:270 e 14:295.
 Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, acórdãos n.ºs 3:307, 3:313 e 3:325.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Comissão Administrativa do Município de Lisboa, regulamento das feiras na capital.
 Junta do Crédito Público, éditos para levantamento de depósitos e averbamento de títulos.
 Biblioteca Nacional de Lisboa, nota do registo de propriedade literária efectuado em Março.
 Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aviso acerca da distribuição de dotes.
 Hospital de S. José, anúncio para venda de fato.
 Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação de material.
 Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.
 Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
 Estação Telefónica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

n.º 125 —Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Pôrto, em 12 de Abril.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Por decretos de 12 do corrente mês:

Criada uma escola para o sexo feminino na freguesia do Telhado, concelho do Vila Nova de Famalicão, círculo escolar de Barcelos, ficando o seu provimento dependente da existência de casa, mobília e material escolar.
 Criada uma escola para o sexo feminino na freguesia da Junqueira, concelho e círculo escolar de Vila do Conde, ficando o seu provimento dependente da existência de casa, mobília e material escolar.
 Criado um segundo lugar de professor na escola do sexo masculino da freguesia de Riba Ul, concelho e círculo escolar de Oliveira de Azeméis.
 Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo masculino da Nazaré, freguesia e concelho da Pederneira, círculo escolar das Caldas da Rainha.
 Criado um segundo lugar de professora na escola do sexo feminino da freguesia de Agualva, concelho da Praia da Vitória, círculo escolar de Angra do Heroísmo.
 Criado um segundo lugar de professora na escola do sexo feminino da freguesia de Altares, concelho e círculo escolar de Angra do Heroísmo.
 Criado um segundo lugar de professora na escola do sexo feminino da freguesia de Santa Bárbara, concelho e círculo escolar de Angra do Heroísmo.
 Criado um segundo lugar de professora na escola do sexo feminino da freguesia de Valadares, concelho de Monção, círculo escolar de Valença.
 Convertida em mixta a escola do sexo masculino, actualmente vaga, da freguesia de Figueiredo, concelho e círculo escolar da Certã.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 15 de Abril de 1913.—O Director Geral interino, João de Barros.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da Republica Portuguesa, que o benemérito cidadão, João Carlos Gonçalves, residente em Vila Nova da Cerveira, sustentou à sua custa, naquela vila, um curso nocturno, frequentado por 40 alunos, concorrendo para o seu funcionamento, não só com casa, mobília e utensílios escolares, como também com o pagamento ao professor e mais despesas, desde 5 de Outubro do ano findo até 31 de Março último: manda o Governo da Republica pelo Ministro do Interior, que seja dado publico testemunho de louvor àquele cidadão, pelo acto de benemerência que praticou a favor do desenvolvimento da instrução popular.

Paços do Governo da Republica, em 12 de Abril de 1913.—O Ministro do Interior, Rodrigo José Rodrigues.

3.ª Repartição

Por despacho de 1 do corrente, com o visto de 8 do mesmo mês:

Transferidos, precedendo concurso, os seguintes professores primários, para as escolas abaixo designadas:

Emília Augusta Ribeiro, diplomada pela escola de Portalegre, com a classificação de 18 valores, da escola feminina da freguesia de Cocujães, concelho de Oliveira de Azeméis—para a escola do mesmo sexo do lugar de Vila Nova, freguesia de Santo Estêvão, concelho de Benavente, círculo escolar de Santarém.
 João José Frausto, diplomado pela escola de Portalegre, com a classificação de 10 valores, da escola da freguesia de Armil, concelho de Fafe—para a escola da freguesia de S. Julião, concelho e círculo escolar de Portalegre.

Gertrudes Maria Pereira Simões, diplomada pela escola de Viseu, com a classificação de 13 valores, da escola da freguesia de Fonte Arcada, concelho de Sernancelhe—para a escola do lugar de Ponte do Abade, freguesia de Sequeiros, concelho e círculo escolar de Trancoso.

Maria do Patrocínio Flávia Baptista, diplomada pela escola de Lisboa, com a classificação de 16 valores—provida, temporariamente, na escola mixta da freguesia de Vidais, concelho e círculo escolar das Caldas da Rainha.

Por haver saído com inexactidão no Diário do Governo n.º 84, de 11 do corrente, novamente se publica o seguinte despacho:

Carolina da Piedade Gonçalves de Araújo, diplomada pela escola de Braga, com a classificação de 16 valores—provida, temporariamente, na escola mixta da freguesia de Vilela, concelho e círculo escolar de Amares.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 15 de Abril de 1913.—O Director Geral, interino, João de Barros.

Direcção Geral da Instrução Secundária,

Superior e Especial

2.ª Repartição

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 14:128, em que é recorrente a actriz Laura Cruz, recorrido o Ministério do Interior e relator o vogal efectivo Dr. João Marques Vidal.

A recorrente foi, como dos autos se mostra, admitida, por portaria de 27 de Setembro de 1898, na sociedade artística do Teatro D. Maria II; e, por portaria de 10 de Outubro de 1900, excluída da mesma sociedade por força do disposto no artigo 35.º, n.º 6.º, do decreto de 4 de Agosto de 1898, isto é, por se haver tornado prejudicial à boa ordem e disciplina do teatro, e porque, tendo sido multada e admoestada, mostrou não ter querido corrigir-se.

Todavia, logo que pelos jornais soubera da sua exoneração, a recorrente protestara (26 de Outubro de 1900) contra a injustiça que o acto representava. Fera-a em seus direitos e baseava-se em informações menos exactas. Nunca a ouviram previamente, quando lhe applicaram várias multas e a mandaram admoestar, ou quando a exoneraram de societária do Teatro D. Maria II, pela aludida portaria de 10 de Outubro de 1900.

Por contrato de 27 de Julho de 1908, volta a trabalhar naquelle teatro e fica, em consequência disso, pertencendo ao quadro extraordinário. Pede em 26 de Novembro a sua passagem ao quadro ordinário. Consultada a Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda opina, no seu parecer de 15 de Julho de 1909, pela revisão do processo em que se fundamentou a exoneração da recorrente, a qual deverá ser ouvida sobre as acusações formuladas, e só depois de apreciada a sua defesa, poderá manter-se ou revogar-se a aludida portaria de 10 de Outubro de 1900.

Foi ouvida a recorrente pelo commissário do Governo junto do Teatro D. Maria II; e do officio deste, de 1 de Dezembro de 1909, onde estão concretizados os factos de que a argüiram, vê-se que nem os negou, nem da sua defesa resultou prova que lhes diminuísse a gravidade, ou os justificasse.

Consultada de novo a Procuradoria Geral da Republica, considerou, no seu parecer de 12 de Janeiro de 1911, justificados os factos que constituíram a acusação contra a recorrente, entendendo que ella devia ser readmitida com todas as suas garantias, como se a referida portaria não tivesse existido, a qual, portanto, deveria ser revogada (sic).

Nesta conformidade foi lavrada a portaria de 22 de Janeiro de 1911, readmitinda no quadro ordinário do Teatro Nacional Almeida Garrett. E como consequência dela, tendo em atencção o disposto na portaria de 13 de Novembro de 1909, que fixa aos artistas do Teatro Nacional as respectivas cotas, e o parecer da Procuradoria Geral da Republica de 6 de Janeiro de 1912, foi publicada a portaria de 10 de Janeiro do mesmo anno, fixando a recorrente a cota mensal de 5/10 e 2/3 nos lucros.

Em 24 de Junho de 1912 requereu que a considerem como artista de 1.ª classe para o effeito de ser fixada em 7/10 a sua cota mensal na distribuição dos lucros, como societária do Teatro Nacional Almeida Garrett. A sua reintegração collocara-a nas mesmas condições em que se encontrava quando foi exonerada, como artista de 2.ª classe. Outros artistas da sua categoria haviam sido promovidos à 1.ª classe pela portaria de 20 de Julho. Nestas condi-